



# **Audiência Pública**

## **3º Quadrimestre de 2010**

**art. 9º, § 4º, da Lei Complementar Federal nº 101/00**

**Relatório de Gestão Fiscal – RGF do 3º Quadrimestre/2010 e  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO 6º Bimestre/2010  
Publicados no Diário Oficial do Estado nº 19.015, de 26/01/2011.**

## **Publicações:**

**Relatório de Gestão Fiscal – RGF do 3º  
Quadrimestre/2010 e**

**Relatório Resumido da Execução Orçamentária –  
RREO 6º Bimestre/2010**

**Publicados no Diário Oficial do Estado nº 19.015, de  
26/01/2011.**

## **Encaminhamento do RREO e RGF à ALESC:**

**Ofício SEF/GABS nº 097/2011, de 11/02/2011.**

LRF, art. 9º, § 4º - Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

## Resultado da Execução Orçamentária

Em Bilhões de R\$

	2009	2010	VARIAÇÃO (%)
<b>1 - RECEITA ARRECADADA</b>	11,506	13,168	14,45
<b>2 - DESPESA REALIZADA</b>	11,836	13,166	11,24
<b>3 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO</b> = (2-1)	<b>(0,330)</b>	0,002	100,59

## Receita Total

Em Bilhões de R\$

	2009	2010	VARIAÇÃO (%)
<b>1 - ARRECADAÇÃO BRUTA TOTAL</b>	15,758	18,255	15,85
<b>2 - DEDUÇÕES (repasses Constitucionais e Legais aos Municípios, FUNDEB e Restituições)</b>	4,251	5,086	19,63
<b>3 - ARRECADAÇÃO LÍQUIDA (Disponível para o Estado) = (1 - 2)</b>	11,506	13,168	14,45

## Arrecadação Tributária Líquida

Em Bilhões de R\$

	2009	2010	PARTICIPAÇÃO (%) ANO 2010	VARIAÇÃO (%) 2009/2010 (%)
<b>1 - ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA BRUTA - TOTAL</b>	<b>10,866</b>	<b>13,040</b>	<b>100,00%</b>	<b>20,00</b>
<b>2 - DEDUÇÕES DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA (repasses aos Municípios, FUNDEB e Restituições)</b>	<b>4,251</b>	<b>5,086</b>	<b>39,00%</b>	<b>19,63</b>
<b>2.1 - REPASSE AOS MUNICÍPIOS</b>	<b>2,704</b>	<b>3,225</b>	<b>24,73%</b>	<b>19,25</b>
<b>2.2 - FUNDEB</b>	<b>1,514</b>	<b>1,814</b>	<b>13,91%</b>	<b>19,79</b>
<b>2.3 - RESTITUIÇÕES</b>	<b>0,032</b>	<b>0,047</b>	<b>0,36%</b>	<b>44,18</b>
<b>3 - ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA LÍQUIDA (Disponível para o Estado) = (1 - 2)</b>	<b>6,615</b>	<b>7,954</b>	<b>61,00%</b>	<b>20,24</b>

## Arrecadação Tributária Bruta:

### Receitas Próprias (valores brutos)

Em Bilhões de R\$

	2009	2010	PARTICIPAÇÃO (%) Ano 2010	VARIAÇÃO 2009/2010 (%)
<b>1 - ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA BRUTA - TOTAL</b>	10,866	13,040	100,00%	20,00
<b>1.1 – ARRECAÇÃO PRÓPRIA (Valores Principal, Multa, Juros e Dívida Ativa)</b>	10,000	12,072	92,58%	20,72
1.1.1 - ICMS	8,449	10,274	78,79%	21,59
1.1.2 - IPVA	0,812	0,878	6,73%	8,11
1.1.3 – ITCMD	0,053	0,073	0,56%	36,94
1.1.4 – IRRF	0,397	0,507	3,89%	27,86
1.1.5 – ITBI	0,00000863	0,000104	0,00%	1114,59
1.1.6 - TAXAS	0,287	0,338	2,59%	17,60

## Arrecadação Tributária Bruta: Repasses da União (valores brutos)

Em Bilhões de R\$

	2009	2010	PARTICIPAÇÃO (%) Ano 2010	VARIAÇÃO (%) 2009/2010 (%)
<b>1 - ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA BRUTA - TOTAL</b>	<b>10,866</b>	<b>13,040</b>	<b>100,00%</b>	<b>20,00</b>
<b>1.2 - REPASSES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DA UNIÃO - TOTAL</b>	<b>0,866</b>	<b>0,968</b>	<b>7,42%</b>	<b>11,77</b>
<b>1.2.1 - COTA PARTE FPE</b>	<b>0,579</b>	<b>0,624</b>	<b>4,79%</b>	<b>7,78</b>
<b>1.2.2 - COTA PARTE IPI EXPORTAÇÃO</b>	<b>0,193</b>	<b>0,236</b>	<b>1,81%</b>	<b>22,144</b>
<b>1.2.3 - COTA PARTE CIDE</b>	<b>0,035</b>	<b>0,065</b>	<b>0,50%</b>	<b>84,76</b>
<b>1.2.4 - FUNDO DE FOMENTO AS EXPORTAÇÕES - FEX</b>	<b>0,059</b>	<b>0,043</b>	<b>0,33%</b>	<b>(27,11)</b>

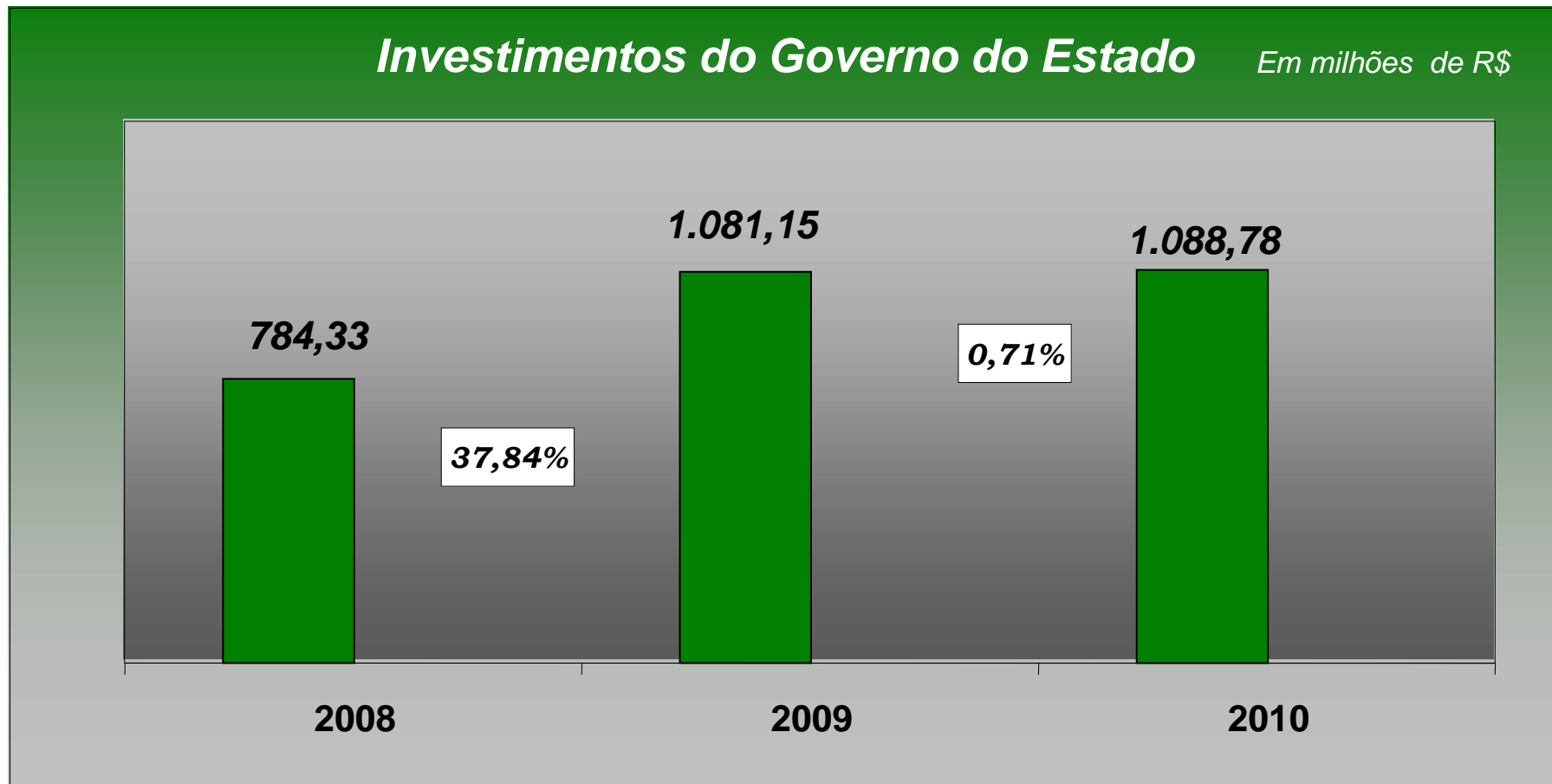


## Dívida Pública

Em Bilhões de R\$

	2009	2010	Participação (%) Ano 2010	VARIAÇÃO (%) 2009/2010
1 - AMORTIZAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS	497,89	428,46	34,48%	(13,94)
2 - JUROS E ENCARGOS	765,31	814,23	65,52%	6,39
3 - TOTAL PAGO (=1+2)	1.263,21	1.242,70	100,00 %	(1,62)

## Investimentos



## Investimentos - Ano 2010

Em Milhões de R\$

<i>PODER / FUNÇÃO DE GOVERNO</i>	<b>TOTAL</b>	<i>Particip. (%)</i>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1,088 bilhão</b>	<b>100,00%</b>
<b>PODER EXECUTIVO</b>	<b>1,037 bilhão</b>	<b>95,26%</b>
TRANSPORTE E URBANISMO	391,02	35,91%
EDUCAÇÃO	242,99	22,32%
SEGURANÇA PÚBLICA	103,80	9,53%
SAÚDE	102,78	9,44%
OUTRAS FUNÇÕES	196,59	18,06%
PODER JUDICIÁRIO / JUDICIÁRIA	25,17	2,31%
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA / LEGISLATIVA	8,18	0,75%
TRIBUNAL DE CONTAS / LEGISLATIVA	13,88	1,27%
MINISTÉRIO PÚBLICO / ESSENCIAL À JUSTIÇA	4,34	0,40%

## Investimentos – Poder Executivo

### Por Fonte – Ano 2010

Em Milhões de R\$

<b>FONTES DE RECURSOS</b>	<b>Valor</b>	<b>Participação (%)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1,037 bilhão</b>	<b>100,00%</b>
<b>RECURSOS DO TESOURO</b>	<b>224,96</b>	<b>21,69%</b>
<b>FUNDO SOCIAL E SEITEC</b>	<b>223,82</b>	<b>21,58%</b>
<b>FUNDEB E SALÁRIO EDUCAÇÃO</b>	<b>192,25</b>	<b>18,54%</b>
<b>CONVÊNIOS</b>	<b>170,21</b>	<b>16,41%</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>64,51</b>	<b>6,22%</b>
<b>CIDE</b>	<b>54,39</b>	<b>5,24%</b>
<b>TAXAS – SEGURANÇA PÚBLICA</b>	<b>25,39</b>	<b>2,45%</b>
<b>DEMAIS FONTES</b>	<b>81,63</b>	<b>7,87%</b>

## Cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e dos Limites Constitucionais

**A LRF instituiu mecanismos que visam a manutenção do equilíbrio das contas públicas, tais como:**

- Limite máximo para Gastos com Pessoal;**
- Limite máximo para Dívidas de Longo Prazo;**
- Disponibilidade de Caixa (dever de manter em caixa no final do mandato recursos suficientes para cobrir as dívidas assumidas);**
- Limite para a Contratação de Operação de Crédito (Empréstimos de Longo Prazo).**

## Gastos com Pessoal – Jan a Dez/2010

Em Bilhões de R\$

	1 – Despesa Bruta com Pessoal	2 – Despesas Não Computadas (Deduções da LRF)	3 – Despesas para Fins do Limite da LRF (=1 – 2)	Gasto com Pessoal em Relação à RCL (%)	Limite Legal	Limite Prudencial	Limite de Alerta
<b>1 – CONSOLIDADO GERAL</b>	R\$ 7,290	R\$ 1,231	R\$ 6,059	51,10%	60,00%	57,00%	54,00%
<b>1.1 – PODER EXECUTIVO</b>	R\$ 5,875	R\$ 0,917	R\$ 4,958	41,81%	49,00%	46,55%	44,10%
<b>1.2 – PODER JUDICIÁRIO</b>	R\$ 0,754	R\$ 0,163	R\$ 0,591	4,98%	6,00%	5,70%	5,40%
<b>1.3 – MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	R\$ 0,305	R\$ 0,112	R\$ 0,193	1,63%	2,00%	1,90%	1,80%
<b>1.4 – PODER LEGISLATIVO</b>	R\$ 0,354	R\$ 0,037	R\$ 0,315	2,67%	3,00%	2,85%	2,70%
1.4.1 – ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO - ALESC	R\$ 0,238	R\$ 0,009	R\$ 0,228	1,93%	2,20%	2,09%	1,98%
1.4.2 – TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - TCE	R\$ 0,116	R\$ 0,028	R\$ 0,087	0,74%	0,80%	0,76%	0,72%

## Dívida Consolidada Líquida

Em Bilhões de R\$

	2009	2010	VARIAÇÃO 2009/2010 (%)
<b>1 - DÍVIDA CONSOLIDADA</b>	<b>R\$ 11,840</b>	<b>R\$ 13,578</b>	<b>14,68%</b>
<b>2 - DEDUÇÕES</b>	<b>R\$ 5,513</b>	<b>R\$ 6,114</b>	<b>10,90%</b>
<b>3 - DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA = (1-2)</b>	<b>R\$ 6,326</b>	<b>R\$ 7,464</b>	<b>17,99%</b>
<b>(%) EM RELAÇÃO À RCL (Limite Máximo de 200% da RCL)</b>	<b>60,80%</b>	<b>62,95%</b>	<b>-</b>



## Disponibilidade de Caixa

(conforme a LRF)

Em Bilhões de R\$

	31/12/2009	31/12/2010	VARIAÇÃO 2009/2010 (%)
<b>1- DISPONIBILIDADE DE CAIXA (conforme a LRF)</b>	<b>R\$ 0,617</b>	<b>R\$ 1,153</b>	<b>86,90%</b>
<b>( + ) 1.1 – VALOR EM CAIXA</b>	<b>R\$ 3,133</b>	<b>R\$ 3,695</b>	<b>17,95%</b>
<b>( - ) 1.2 – OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>R\$ 2,299</b>	<b>R\$ 2,280</b>	<b>-0,84%</b>
<b>( - ) 1.3 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>	<b>R\$ 0,216</b>	<b>R\$ 0,263</b>	<b>21,54%</b>

## Composição da Disponibilidade de Caixa

Em Milhões de R\$

	Em 31/12/2010	2010 (%)
<b>DISPONIBILIDADE DE CAIXA - TOTAL</b>	<b>1,153 Bilhão</b>	<b>100,00%</b>
<b>PODER JUDICIÁRIO</b>	<b>180,13</b>	<b>15,61%</b>
<b>PODER LEGISLATIVO</b>	<b>52,46</b>	<b>4,55%</b>
<b>MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	<b>89,15</b>	<b>7,72%</b>
<b>PODER EXECUTIVO</b>	<b>831,39</b>	<b>72,11%</b>
<b>VINCULADOS AO RPPS (IPREV)</b>	<b>17,76</b>	<b>1,54%</b>
<b>VINCULADOS À EDUCAÇÃO</b>	<b>90,27</b>	<b>7,83%</b>
<b>VINCULADOS À SEGURANÇA</b>	<b>139,65</b>	<b>12,11%</b>
<b>VINCULADOS À SAÚDE</b>	<b>34,30</b>	<b>2,97%</b>
<b>RECURSOS DA CIDE</b>	<b>7,93</b>	<b>0,69%</b>
<b>RECURSOS DO TESOURO (Livres)</b>	<b>95,12</b>	<b>8,25%</b>
<b>DEMAIS FONTES VINCULADAS</b>	<b>446,34</b>	<b>38,71%</b>

## Garantias Concedidas e Contra Garantias Recebidas

	2009	2010	VARIAÇÃO 2009/2010 (%)
<b>1 - GARANTIAS CONCEDIDAS</b>	<b>153.027.891,23</b>	<b>69.286.991,73</b>	↓ - <b>54,72%</b>
1.1 - EXTERNA - AVAL OU FIANÇA EM OPERAÇÃO DE CRÉDITO	7.179.148,68	5.348.954,30	↓ - <b>25,49%</b>
1.2 - INTERNA - AVAL OU FIANÇA EM OPERAÇÃO DE CRÉDITO	145.848.742,55	63.938.037,43	↓ - <b>56,16%</b>
<b>2 - RCL</b>	<b>10.405.660.160,88</b>	<b>11.857.683.741,63</b>	↑ - <b>13,95%</b>
<b>(%) SOBRE A RCL = (1/2)</b> <b>(Limite Máximo de 22% da RCL)</b>	<b>1,47%</b>	<b>0,58%</b>	↓ - <b>60,27%</b>

As Operações de Créditos realizadas pela CASAN, na qual o Estado é o garantidor, foram contratadas em 1991 (BIRD) E 1996 (KFW). Por serem anteriores à edição da Lei nº 101/2000 e da Resolução do Senado nº 43/2001, não possuem contragarantias, pois não eram exigidas na época.

## Operações de Crédito

Em Milhares de R\$

	2009	2010	VARIAÇÃO 2009/2010 (%)
<b>1 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO SUJEITAS AO LIMITE P/ FINS DE CONTRATAÇÃO</b>	<b>60.518</b>	<b>59.696</b>	<b>-1,36%</b>
<b>1.1 - DÍVIDA CONTRATUAL</b>			
INTERNA	<b>58.113</b>	<b>38.355</b>	<b>-34,00%</b>
EXTERNA	<b>2.405</b>	<b>21.340</b>	<b>787,32%</b>
<b>2 - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>10.405.660</b>	<b>11.857.683</b>	<b>13,95%</b>
<b>(%) DA DÍVIDA CONTRATUAL SOBRE A RCL = (1/2) (Limite Máximo de 16% da RCL)</b>	<b>0,58%</b>	<b>0,50%</b>	<b>-13,44%</b>
<b>3 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO NÃO SUJEITAS AO LIMITE P/ FINS DE CONTRATAÇÃO</b>	<b>1.729</b>	<b>7.294</b>	<b>321,86%</b>
<b>3.1 - PARCELAMENTO DE DÍVIDAS</b>			
TRIBUTOS	<b>387</b>	<b>1.161</b>	<b>200,00%</b>
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	<b>1.342</b>	<b>6.133</b>	<b>357,00%</b>

## Valores Aplicados em Saúde

	Limite Legal	Situação do Estado	
		Ano 2009	Ano 2010
<b>1 - Aplicação em Saúde (%)</b>	<b>No mínimo 12% da Receita Líquida de Impostos</b>	<b>12,14%</b>	<b>12,04%</b>

Em Bilhões de R\$

	2009	2010	Varição 2009/2010 (%)
<b>1 – Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais - RLI</b>	<b>R\$ 7,968</b>	<b>R\$ 9,579</b>	<b>20,22%</b>
<b>2 – Valor Mínimo a aplicar em Saúde (12% da RLI)</b>	<b>R\$ 0,956</b>	<b>R\$ 1,149</b>	<b>20,19%</b>
<b>3 – Valor Aplicado em Saúde (para fins de verificação do Limite)</b>	<b>R\$ 0,967</b>	<b>R\$ 1,153</b>	<b>19,23%</b>
<b>4 – Valor Aplicado em Saúde superior ao Limite mínimo (= 3 – 2)</b>	<b>R\$ 0,011</b>	<b>R\$ 0,004</b>	<b>-63,64%</b>

## Valores Aplicados em Educação

	Limite Legal	Situação do Estado	
		Ano 2009	Ano 2010
1 - Aplicação em Educação (%)	No mínimo 25% da Receita Líquida de Impostos	26,30%	26,19%

Em Bilhões de R\$

	2009	2010	Varição 2009/2010 (%)
1 – Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais - RLI	R\$ 7,968	R\$ 9,579	20,22%
2 – Valor Mínimo a aplicar em Educação (25% da RLI)	R\$ 1,992	R\$ 2,394	20,18%
3 – Valor Aplicado em Educação (para fins de verificação do Limite)	R\$ 2,095	R\$ 2,508	19,71%
4 – Valor Aplicado em Educação superior ao Limite mínimo (= 3 – 2)	R\$ 0,103	R\$ 0,114	10,68%

## Os demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF do final do exercício de 2010 evidenciam que:

- ☑ o Governo do Estado está com as finanças em equilíbrio;
- ☑ Cumpre os limites para gastos com pessoal, dívida pública e disponibilidade de caixa;
- ☑ Comprova a aplicação dos valores previstos na Constituição Federal em Saúde e Educação.